

Minuta

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº , DE 2004

Acrescenta o § 6º ao art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal para sustar o prazo de interposição de recurso para apreciação de matéria pelo Plenário quando houver medida provisória em regime de urgência.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigor acrescido do § 6º com a seguinte redação:

Art. 91.

§ 6º O prazo previsto nos §§ 3º e 5º deste artigo terá a sua fluência suspensa durante o período de apreciação de medida provisória em regime de urgência, sem prejuízo da apreciação terminativa de matérias pelas comissões. (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 32, de 2001, fixou novas regras para a apreciação de medida provisória pelo Congresso Nacional. Surgiram, desde então, alguns problemas para as deliberações legislativas tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, tendo em vista que o prazo de sessenta dias para a apreciação de uma medida provisória quase sempre se esgota e, como resultado, há o sobrestamento das demais deliberações legislativas da Casa onde tramita, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Tal problema seria bastante reduzido se houvesse a possibilidade de não se aplicar o disposto no mencionado dispositivo constitucional às matérias submetidas à apreciação terminativa das comissões, nos termos que dispõe o inciso I do § 2º do art. 58 da Constituição Federal que remete ao regimento interno de ambas as Casas congressuais estabelecer os casos de dispensa da apreciação de matérias pelo Plenário.

Com o objetivo de afastar esse problema de sobrestamento da deliberação das comissões em matérias terminativas, propomos neste projeto que o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dessas matérias seja suspenso enquanto houver apreciação de medida provisória em regime de urgência.

Desse modo, somente será concluída a deliberação da Casa a respeito de matéria submetida à decisão terminativa de comissão quando houver a implementação da condição de esgotamento do prazo para interposição do recurso para apreciação pelo Plenário daquela decisão da comissão.

Com a sustação do prazo para a interposição desse recurso, ficará pendente de aplicação o disposto no § 5º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal que prevê, conforme o caso, o encaminhamento do projeto *à sanção, promulgação, remetido à Câmara ou arquivado*.

Por conseguinte, não haverá deliberação definitiva da comissão a respeito da matéria em apreciação, que ainda poderá ser submetida ao Plenário se houver interposição de recurso, o que afasta a objeção constitucional que impede às comissões de opinar e votar as matérias terminativas no caso de sobrestamento previsto no já mencionado § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Contamos com a compreensão e o apoio de nossos Pares para aprovação dessa singela alteração do Regimento Interno do Senado Federal que, não temos dúvida, em muito contribuirá para desempenhar o bom andamento dos trabalhos das comissões permanentes.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO AZEREDO